

COP30: sem os EUA é uma oportunidade para os países inovadores e para o desenvolvimento sustentável da Ásia e do MENA

Lúcia Marques

*"A crise climática se impôs à saúde pública. Precisamos antecipar riscos, integrar dados e financiar respostas. O Plano de Belém é um farol nessa direção — um exemplo de como alinhar vigilância, governança e justiça climática."*¹⁵⁸

Resumo: A COP30 acontece em um cenário belicoso de guerras quentes (Ucrânia e Gaza) e frias (guerra tarifária dos EUA e guerra tecnológica com China) e de emergência de governantes autoritários, que defendem soberania absoluta, e céticos das mudanças climáticas. Cenário que pode dificultar os diálogos e alianças entre países, que, por um lado, pode enfraquecer o multilateralismo, mas, por outro, pode elevar o protagonismo de países do Sul Global sob a liderança brasileira nas discussões. "O mundo em desenvolvimento não espera mais parado pela liderança dos países desenvolvidos". E a ausência dos EUA na cúpula abre mais espaço para outros países terem maior participação, como, por exemplo, a China e os Estados do Golfo, que têm investido pesadamente na transição energética. Ao sediar COPs, lançar fundos verdes e se envolver na diplomacia climática multilateral, os estados do Golfo estão reformulando seus papéis de liderança regional e internacional no novo cenário energético. Esses países estão cada vez mais engajados com a Europa, a China e instituições multilaterais em financiamento climático, segurança alimentar e tecnologia verde. Além disso, os estados do Golfo estão explorando soluções de tecnologia climática, desde a agricultura no deserto para segurança alimentar até a dessalinização da água movida a energia solar.

Palavras chaves: COP30, NDCs, ausência dos EUA, oportunidades para Estados inovadores.

*

A COP30 acontece em um cenário belicoso de guerras quentes (Ucrânia e Gaza) e frias (guerra tarifária dos EUA e guerra tecnológica com China) e de emergência de governantes autoritários, que defendem soberania absoluta, e céticos das mudanças climáticas.¹⁵⁹ Cenário que pode dificultar os diálogos e alianças entre países, por um lado, pode enfraquecer o multilateralismo, mas, por outro, pode elevar o protagonismo de países do Sul Global sob a liderança brasileira nas discussões. "O mundo em desenvolvimento não espera mais parado pela liderança dos países desenvolvidos".¹⁶⁰

¹⁵⁸ Daniel Buss, da Opas, em fala nos Seminários Avançados CRIS 2025: Saúde na COP 30", dia 5/11. <https://fiocruz.br/noticia/2025/11/saude-na-cop30-brasil-lancara-plano-de-belem-e-propoe-mutirao-global>

¹⁵⁹ <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2025/10/1-Wagner-Ribeiro.pdf>

¹⁶⁰ [Da Rio92 à COP30, como as guerras e o negacionismo climático dos EUA tornaram as negociações mais complicadas](#)

Diante desse cenário e, consciente da heterogeneidade dos países e da divergência de interesses – países produtores de combustíveis fósseis *versus* países que são afetados duramente pelos efeitos das mudanças climáticas¹⁶¹ –, ao longo do ano, a presidência brasileira da COP30 divulgou uma série de “[Cartas da Presidência Brasileira](#)” com o objetivo de influenciar as discussões na COP30, procurando ampliar as vozes nas discussões, trazendo o interesse público para o debate. A [primeira Carta](#) convida a comunidade internacional para um mutirão global e um esforço de cooperação entre os povos e chama para o combate às desigualdades sociais e para o compromisso com a transição energética. A [décima e última](#), divulgada às vésperas da cúpula, chama atenção para o “quase”: “estamos quase lá – a ambição global finalmente começa a curvar a trajetória das emissões e a transição climática se torna uma tendência irreversível, no entanto alerta que o “quase” não é suficiente. “Precisamos ir mais rápido – para alcançar cada país, cada comunidade, cada membro da nossa família humana antes que impactos climáticos mais severos o façam.”

Com 194 países credenciados, mas com apenas 143 presentes, a COP30 começou em Belém mostrando que mecanismos multilaterais são o caminho para as ações climáticas. Isso ficou claro no [discurso](#) do presidente Lula durante o lançamento do [Fundo de Florestas Tropicais para Sempre \(TFFF\)](#), em Belém (PA), na Cúpula de Líderes pré-COP30. “Os fundos verdes e climáticos internacionais não estão à altura dos desafios que a mudança climática nos coloca.” Encabeçado pelo Brasil, o mecanismo TFFF propõe um novo modelo de financiamento climático: os países que preservam suas florestas tropicais serão recompensados financeiramente via fundo de investimento global. Em vez da destruição, a conservação se torna economicamente vantajosa, gerando desenvolvimento social e econômico., tem potencial para constituir um dos maiores fundos multilaterais do planeta.¹⁶² Entre os 74 países detentores de florestas tropicais, estão elegíveis: Butão, Índia, Nepal, Palau, Papua Nova Guiné, Vanuatu.

A COP30 também começou com a ausência de representantes dos EUA, o segundo maior contribuinte para o aquecimento global, e que, sob a nova gestão Trump vai deixar o Acordo de Paris, novamente.¹⁶³ Sob essa ausência, o Brasil teve o desafio de garantir a participação de países líderes e de peso. Se por um lado, a não participação dos EUA implicou na ausência de negociadores americanos nas “mesas de negociação sobre financiamento climático, fragilidade na cobrança por financiamento dos países ricos, perda de impulso na regulamentação de mercados de carbono globais e desenvolvimento de tecnologias limpas”, por outro lado, abre mais espaço para outros países terem maior participação, como, por exemplo, a China.

Países da região MENA, que inclui grandes produtores de energia e nações vulneráveis ao clima, enviaram delegações, inclusive a Palestina, muitas delas representadas por ministros e vice-chefes de Estado: Arábia Saudita: Khalid Almeheid (Assessor Sênior do Ministro da Energia); Bahrein: Mohamed Mubarak Bindaina (Ministro do Petróleo e Meio Ambiente); Egito: Manal Awad Mikhail (Ministra do Desenvolvimento Local e Interina do Meio Ambiente); Iraque: Hallo Mustafa Al-Askari (Ministro do Meio Ambiente); Iêmen: Brigadeiro-General Tarik Saleh (Vice-presidente); Jordânia: Ayman Suleiman (Ministro do Meio Ambiente); Kuwait: Tariq

¹⁶¹ Saiba mais em Marques, L e Nogueira, B. **Os impactos das alterações climáticas no MENA e no SAHEL, na Ásia e no Pacífico.** In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 10-2025. P. 254-265.](#)

¹⁶² <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/tv-cop30/cop-em-foco-tfff-ep.2>

¹⁶³ Em seu primeiro mandato, Donald Trump retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris. O governo Joe Biden retomou o acordo assim que assumiu o poder em 2021. A retórica anticlimática de Trump 2.0 colocou os EUA novamente na contramão da cooperação climática.

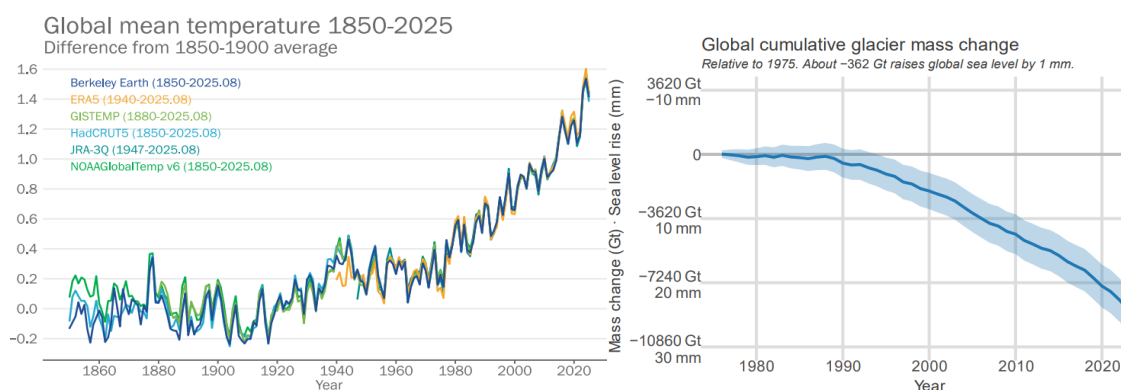
Sulaiman Al-Roumi (Ministro do Petróleo); Líbia: Ibrahim Al-Arabi Munir (Ministro do Meio Ambiente); Mauritânia: Messouda Baham Mohamed Laghdaf (Ministra do Meio Ambiente); Omã: Abdullah Ali Al Amri (Ministro do Meio Ambiente); Palestina: Ryad Mansour / Ibrahim Al-Zaben (Observador Permanente na ONU / Embaixador no Brasil); Síria: Ahmad Al Sharaa (Presidente); Turquia: Cevdet Yilmaz (Vice-presidente).

Da Ásia e do Pacífico, região que abrange grandes economias em desenvolvimento, potências globais e pequenos estados insulares altamente vulneráveis (SIDS, sigla em inglês): Austrália: Josh Wilson (Ministro-Adjunto para Mudança Climática e Energia); China: Ding Xuexiang (Vice-Primeiro-Ministro); Ilhas Marshall: Kalani Kaneko (Ministério das Relações Exteriores); Ilhas Salomão: Thaddeus Atkin Siota (Vice-Secretário do Ministério do Meio Ambiente); Indonésia: Hashim Djojohadikusumo (Enviado Especial para o Clima); Japão: Misako Takahashi (Embaixadora para Mudança Climática); Myanmar: Khin Maung Yi (Ministro dos Recursos Naturais e Conservação Ambiental); Mongólia: Munkhtushig Lkhanaajav (Secretário de Estado do MRE); Nepal: Rajendra Prasad Mishra (Secretário do Ministério de Florestas e Meio Ambiente); Niue: Rossylynn Pulehetoa-Mitiepo (Diretora do serviço meteorológico); Palau: Surangel Whipps Jr. (Presidente); Tajiquistão: Bahodur Sheralizoda (Ministro do Meio Ambiente); Tuvalu: Maina Vakafua Talia (Ministro dos Assuntos Internos, Mudança Climática e Meio Ambiente).

Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)

Os diferentes relatórios mostram que os países estão cada vez mais comprometidos com ações para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, a fim de alcançar as metas do Acordo de Paris – ações que também envolvem aumentar a resiliência e se adaptar aos impactos das mudanças climáticas. Essa é a boa notícia.

A má notícia é que esse progresso segue a passos lentos, enquanto o aumento da temperatura do planeta está acelerando a passos largos, segundo o [relatório da OMM](#), apresentado na COP30, por Albert Fischer, *Director WMO Integrated Global Observing System*. Fischer apresentou vários gráficos, mostrando o aumento das emissões de dióxido de carbono; aumento da temperatura global; diminuição rápida das geleiras e dos gelos marinhos do Ártico e da Antártica; aumento do nível do Mar. Também apresentou os diversos eventos extremos no primeiro semestre de 2025 tiveram grandes impactos globais. Ásia Sul e Sudeste foram as mais impactadas.



Esse cenário se torna desolador para os pequenos estados insulares altamente vulneráveis (SIDS, sigla em inglês). A dimensão e a gravidade da crise climática nunca foram tão evidentes. Secas, inundações, tempestades e incêndios florestais brutais, impulsionados pelas

alterações climáticas, atingem cada nação com maior intensidade a cada ano, devastando milhões de vidas e infraestruturas vitais.

Por isso 2025 é um ano crucial pois marca o prazo para que os países submetam a terceira rodada de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), com novas metas climáticas cobrindo o período até 2035.

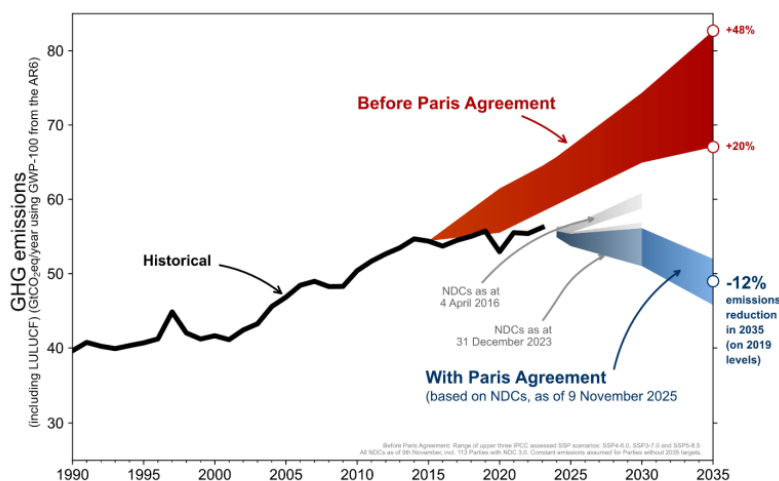
Em suas NDCs, os países comunicam as ações que tomarão para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, a fim de alcançar as metas do Acordo de Paris. Os países também divulgam em suas NDCs as ações que tomarão para aumentar a resiliência e se adaptar aos impactos das mudanças climáticas.

A agência da ONU para Mudanças Climáticas apresentou o [Relatório Síntese das NDCs](#). Entre os países que apresentaram revisão e/ou novas NDCs estão o Japão, que apresentou sua NDC com o compromisso de cortar 60% das emissões até 2035; a China anunciou uma redução pouco ambiciosa de 7% a 10% em relação ao seu pico. Outros países que apresentaram suas NDCs para 2025 foram: Brunei, Fiji, Uzbequistão, Quirguistão, Azerbaijão, Tailândia, Turquia, Indonésia, Malásia.

O relatório síntese aponta que as NDCs apresentadas são, em geral, consistentes com uma trajetória linear das metas de 2030 para as metas de emissões líquidas zero de longo prazo. E que também foram feitos progressos significativos na integração de elementos relacionados a gênero, engajamento das partes interessadas e da juventude, transições justas, o papel das florestas e dos oceanos e sobre mercados de carbono.

O documento mostra que também houve evolução em termos de qualidade, credibilidade e abrangência econômica. Outro ponto destacado foi o forte compromisso com o multilateralismo climático no âmbito da Convenção e do Acordo de Paris, reconhecendo a cooperação internacional como indispensável para fortalecer a ação climática e alcançar as metas e evitar os piores impactos humanos e econômicos do aquecimento global. A cooperação internacional foi enfatizada como crucial para mobilizar recursos e reduzir a lacuna entre a ambição e a implementação das NDCs por 97% das Partes.

Por meio da cooperação climática convocada pela ONU e dos esforços nacionais, a humanidade está agora, pela primeira vez, claramente reduzindo a curva de emissões, embora ainda não com a rapidez necessária.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a pressão da presença dos EUA, para os países do Sul Global, embora heterogêneos e com matrizes econômicas diferentes, a COP30 é uma oportunidade para construir parcerias e avanços. Principalmente para os países produtores de petróleo do Golfo.

A retórica anticlimática de Trump ironicamente ocorre em um momento em que os países do Oriente Médio e, em particular, do Golfo estão se afirmando como líderes climáticos globais. Os Emirados Árabes sediaram a COP28, em 2023, investiram pesadamente em energia nuclear, hidrogênio verde e energias renováveis e se tornaram o primeiro país do MENA a anunciar uma meta nacional de Net Zero até 2050. A Visão 2030 da Arábia Saudita inclui metas de sustentabilidade abrangentes, sinalizando sua intenção de liderar a ação climática regional e globalmente. O reino também se comprometeu a atingir emissões líquidas zero até 2060. O Catar avançou em iniciativas de financiamento climático e estratégias de adaptação, particularmente em segurança hídrica e resiliência urbana, e atualizou suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e se comprometeu a reduzir o CO₂ emissões em 25% até 2030.¹⁶⁴

Come escreve Neeshad Shafi, a liderança climática tornou-se uma ferramenta de soft power na região. Ao sediar COPs, lançar fundos verdes e se envolver na diplomacia climática multilateral, os estados do Golfo estão reformulando seus papéis de liderança regional e internacional no novo cenário energético.

Esses Estados estão cada vez mais engajados com a Europa, a China e instituições multilaterais em financiamento climático, segurança alimentar e tecnologia verde. A Parceria de Energia Limpa UE-GCC e os investimentos verdes da China em seu projeto Belt and Road (Nova Frota da Seda) oferecem alternativas ao envolvimento dos EUA.

Para Shafi, os estados do Golfo estão explorando soluções de tecnologia climática, desde a agricultura no deserto para segurança alimentar até a dessalinização da água movida a energia solar. Ao excluir o clima da cooperação bilateral, os EUA podem perder oportunidades de codesenvolver tecnologias que abordem desafios compartilhados.

¹⁶⁴ [O silêncio climático de Trump corre o risco de minar o envolvimento do Golfo - Conselho do Oriente Médio para Assuntos Globais](#)